



Tecnopolíticas urbanas

RESUMO

A incorporação da pauta tecnológica na política urbana está orientada por interesses nem sempre transparentes. Trata-se, pois, de tecnopolíticas, formadas por interesses conflitantes e de um ideal de tecnologia que, na aparência é neutra e desprovida de interesses, mas que na prática, reproduz tensionamentos, disputas e desigualdades socioterritoriais urbanas. De um lado, empresas de tecnologia constroem gestores públicos oferecendo soluções aos problemas urbanos. De outro, a adesão ao solucionismo tecnológico ocorre de forma acrítica, submetendo as cidades aos ditames do novo urbanismo neoliberal. O processo ganha novas e complexas dimensões com a legitimação da narrativa tecnológica a partir de órgãos supranacionais que orientam a política urbana global, resultando na agenda de cidades inteligentes. Do lado contra-hegemônico, grupos sociais estão desenvolvendo estratégias para utilizar as tecnologias contrapondo-se ao projeto tecnológico solucionista, reconhecendo seu caráter político e seus efeitos e possibilidades. Dito isso, nossa proposta reconhece a configuração sociotécnica dos arranjos e dispositivos tecnológicos, incluindo os processos de produção do espaço urbano que são por eles desencadeados. Trata-se de compreender a tecnologia associada à dimensão política e urbana e os desdobramentos produzidos, inclusive por movimentos que se opõem à racionalidade técnica dominante, criando arranjos tecnopolíticos a partir da e para a sociedade.

Palavras-chave: Tecnopolítica; Cidade Inteligente; Urbanismo movido a dados; Ativismo digital; Apropriação Tecnológica.

ABSTRACT

The incorporation of the technological agenda in urban policy is guided by interests that are not always transparent. It is, therefore, technopolitics, formed by conflicting interests and an ideal of technology that, in appearance, is neutral and devoid of interests, but which in practice reproduces tensions, disputes and urban socio-territorial inequalities. On the one hand, technology companies constrain public managers by offering solutions to urban problems. On the other hand, adherence to technological solutionism occurs uncritically, subjecting cities to the dictates of the new neoliberal urbanism. The process gains new and complex dimensions with the legitimization of the technological narrative from supranational bodies that guide global urban policy, resulting in the smart cities

agenda. On the counter-hegemonic side, social groups are developing strategies to use technologies in opposition to the solutionist technological project, recognizing its political character and its effects and possibilities. That said, our proposal recognizes the sociotechnical configuration of technological arrangements and devices, including the urban space production processes that are triggered by them. It is about understanding the technology associated with the political and urban dimension and the developments produced, including by movements that oppose the dominant technical rationality, creating technopolitical arrangements from and for society.

Keywords: Technopolitics; Smart City; Data-driven urbanism; Digital activism; Technological Appropriation.

RESUMEN

La incorporación de la agenda tecnológica en la política urbana está guiada por intereses no siempre transparentes. Es, por tanto, una tecnopolítica, formada por intereses contrapuestos y un ideal de tecnología que, en apariencia, es neutral y desinteresada, pero que en la práctica reproduce tensiones, disputas y desigualdades socioterritoriales urbanas. Por un lado, las empresas tecnológicas constriñen a los gestores públicos ofreciendo soluciones a los problemas urbanos. Por otro lado, la adhesión al solucionismo tecnológico se da acríticamente, sometiendo a las ciudades a los dictados del nuevo urbanismo neoliberal. El proceso gana nuevas y complejas dimensiones con la legitimación de la narrativa tecnológica desde organismos supranacionales que orientan la política urbana global, dando como resultado la agenda de las ciudades inteligentes. En el lado contrahegemónico, los grupos sociales están desarrollando estrategias de uso de tecnologías en oposición al proyecto tecnológico solucionista, reconociendo su carácter político y sus efectos y posibilidades. Dicho esto, nuestra propuesta reconoce la configuración sociotécnica de los arreglos y dispositivos tecnológicos, incluidos los procesos de producción del espacio urbano que son desencadenados por ellos. Se trata de comprender la tecnología asociada a la dimensión política y urbana y los desarrollos producidos, incluso por movimientos que se oponen a la racionalidad técnica dominante, creando arreglos tecnopolíticos desde y para la sociedad.

Palabras-clave: Tecnopolítica; Ciudad inteligente; urbanismo basado en datos; Activismo digital; Apropiación Tecnológica.

RESUMO GERAL

A tecnologia possui implicações políticas e sociais no campo do exercício do poder hegemônico, como também no campo da luta social. Embora predomine uma interpretação neutral e determinista da tecnologia, defendemos uma abordagem que permita superar a separação entre agência humana e esfera técnica, defendendo uma interpretação sociotécnica resultante do hibridismo homem-técnica (Latour, 1994). Isso significa que, além de não ser imune às variáveis de contexto, a tecnologia possui efeitos sociais que podem ser extremamente controversos (Pinto, 2005; Kitler, 2017; Harvey, 2018). A autonomia e neutralidade da racionalidade técnica é um poderoso dispositivo discursivo que pode ocultar as intenções e interesses por trás do processo

tecnológico, afinal de contas, a máquina, ao ser controlada por sistemas técnicos, é supostamente desprovida de juízo de valor moral, político e social (Sfez, 2002; Pinto, 2005). Também contribui a legitimação da incorporação da pauta tecnológica na agenda urbana, como no caso da política para cidades inteligentes, sua mobilização e circulação global. Este será o tema abordado pela palestra intitulada “Diferentes escalas das políticas de cidade inteligente: a mobilidade de política e a internacionalização de um paradigma” que apresenta uma agenda internacional e seu papel predominante na promoção e propagação de políticas para cidades inteligentes. A agenda, preconizada por órgãos como a ONU Habitat, ITU/ONU, entre outras, mas com forte influência de empresas como a IBM, pode não necessariamente revelar a coalizão político-empresarial que utiliza as tecnologias para orientar estratégias escalonadas de poder e de mercado (Zuboff, 2020). O conceito de mobilidade de política permite compreender os diferentes atores e escalas envolvidos na circulação da política, mostrando a sua incorporação e adesão no Brasil.

A forma e a função das políticas mudam à medida que devem se adaptar e integrar ao contexto institucional, econômico e político, o que revela um processo de construção social da política (Peck e Theodore, 2001; Prince, 2012). A adesão local a uma agenda internacional, assim como a introdução de uma racionalidade técnica na gestão da cidade, serão abordados na palestra “Conhecimento e gerenciamento da cidade pelo urbanismo movido a dados”. A mobilidade da agenda tecnológica gera um processo de adesão por parte de governos locais que embarcam em pautas como a agenda para cidades inteligentes. Consequentemente, observamos cidades cada vez mais tecnologicamente mediadas, produzindo, integrando e analisando um maciço volume de dados produzido pelos cidadãos e sobre os cidadãos (Kitchin, 2017). Dentre as inúmeras formas de geração e extração de dados, destacamos iniciativas de governança que apostam fortemente na geração cidadã de dados para ofertar serviços e orientar o processo de tomada de decisão. Trata-se de dados que representam a cidade e que podem orientar e direcionar ações no contexto urbano.

Estamos, portanto, propondo uma leitura que aponte a configuração sociotécnica dos arranjos e dispositivos tecnológicos, incluindo os processos de produção do espaço urbano que são por eles desencadeados. Compreendemos que estas tecnologias compõem parte indissociável da vida e experiência urbana, na contemporaneidade. No entanto, este fato não exige o caráter político e as relações de poder que orientam a produção de tecnologias e a forma como elas são aplicadas à vida cotidiana nas cidades. Antes, as tecnologias foram amplamente utilizadas para a extração de riqueza econômica através do processo produtivo industrial. Hoje, elas servem como mecanismo que orienta, e por vezes determina, práticas políticas na vida cotidiana. Por sua vez, a dimensão tecnológica aplicada ao processo de produção do espaço urbano transforma as cidades e o urbano. A prática nas cidades é cada vez mais orientada por tecnologias. Que dizer, do uso de aplicativos como Waze, que orienta deslocamentos de motoristas pelas cidades, além de fornecer informações sobre condições e adversidades nas vias? O uso de mapas online para orientar deslocamentos de pessoas? Ou mesmo câmeras que vigiam as cidades contemporâneas? Nas palavras de Kitchler (2017, p. 240), nas cidades “redes se sobrepõem a redes”,

Além de observar uma profunda alteração dessa dinâmica da produção do espaço urbano tecnopoliticamente mediado quando há a incorporação dessa

racionalidade em agendas urbanas internacionais, nacionais e locais, observamos também plataformas digitais cuja estratégia de expansão e acumulação envolve inúmeras estratégias territoriais de extração de dados. A geração cumulativa de riquezas tem sido mediada pela mercadoria informação, que alterou profundamente as condições de valorização e apropriação do excedente. Nesse processo, a cidade, com suas características, torna-se o locus privilegiado de controle espacial por parte desses agentes, enquanto os trabalhadores de plataformas reagem com estratégias de des-re-territorialização. Esse é o tema tratado pela palestra “A territorialização das plataformas digitais e a des-re-territorialização dos trabalhadores”.

Dentre agendas internacionais, mobilidade de políticas, controle de dados e formas de acumulação via plataformas, o encontro das tecnologias com as cidades mostra os riscos da consolidação de novas formas de controle, exacerbação das desigualdades e novos agenciamentos perversos. É o questionamento dessa práxis que orienta a nossa análise, compreendendo a necessidade de uma outra forma de pensar e utilizar tecnologias na contemporaneidade, incorporando direitos do cidadão e o direito à cidade.

Contrariamente à interpretação por parte de grupos hegemônicos (agências internacionais, provedores de tecnologias e atores estatais), que adotam uma visão determinista e neutral da tecnologia, adotamos uma abordagem interpretativa que reconhece a tecnologia como condensação de funções técnicas e sociais, podendo ser moldada e controlada por grupos sociais nem sempre hegemônicos. Se existe uma relação mútua de interdependência entre a tecnologia e diferentes grupos sociais, as práticas sociais detêm o poder de alterar a racionalidade técnica dominante, criando arranjos técnicos a partir da e para a sociedade. Significa dizer que, apesar de um arranjo hegemônico que instrumentaliza a tecnologia em defesa de um projeto de acumulação de capital, existe a possibilidade da tecnologia se tornar aliada de práticas insurgentes de resistência no contexto urbano. Com esse intuito as palestras, “Periferias digitais e urbanismo subalterno: tecnopolíticas urbanas e ativismo digital no sul Global” e “Apropriação tecnológica para o planejamento insurgente: transgressão e luta na Pedra de Xangô - Salvador/BA”, destacam o papel dos dispositivos tecnológicos na reconfiguração do urbano por práticas de resistência. São apresentados arranjos sociotécnicos que redefinem o planejar a cidade a partir de práticas insurgentes que fazem proliferar as vozes de grupos marginalizados e silenciados.

DIFERENTES ESCALAS DAS POLÍTICAS DE CIDADE INTELIGENTE: A MOBILIDADES DE POLÍTICA E A INTERNACIONALIZAÇÃO DE UM PARADIGMA

Quando o tema das smart cities entra na pauta, múltiplos agentes interagem nos debates: agências multilaterais, empresas de big tech, consultores, avaliadores, criadores de rankings, prefeituras, governos estaduais, União, legisladores, entre outros. Esses agentes se articulam em diferentes níveis e exercem papéis ora centrais, ora complementares, adotando perspectivas ora convergentes, ora contraditórias. A compreensão acerca das iniciativas enquadradas como pertencendo a modelos de cidades inteligentes pressupõe uma análise acerca de quem são esses agentes e como eles atuam, admitindo-se que esses múltiplos sujeitos e escalas são determinantes para o

maior ou menor êxito desse paradigma. As políticas de cidades inteligentes não se encerram em si e têm que ser entendidas como parte de uma estratégia transescalar. Segundo Vainer (2001), “qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos” (2001, p. 147). O trabalho tem como objetivo, deste modo, considerar as diferentes escalas e atores onde o ideário das cidades inteligentes têm transitado e como essas múltiplas dimensões de ação social, econômica e política têm determinado a incorporação dos processos de smartização. Inicia-se discutindo a noção de mobilidade de políticas como subsídio para se compreender a adesão brasileira ao ideário de Cidades Inteligentes. Para tanto, a primeira seção promove uma revisão teórica sobre mobilidade de políticas para, em seguida, compreender como se deu a construção internacional do paradigma, a partir do entendimento trazido por diversos estudos e relatórios de agências internacionais, responsáveis pela sua promoção e propagação. Para se compreender a internalização do ideário das smart cities no Brasil enquanto política nacional, busca-se analisar, considerando a experiência recente da estrutura federativa brasileira e das ações da União nos processos de descentralização de políticas públicas, como se tem – ou não – construído discursivamente e instrumentalizado institucionalmente a promoção de modelos de cidades inteligentes a partir da escala federal, o que será abordado na terceira seção a partir da análise da Carta Brasileira Cidades Inteligentes e do Projeto de Lei n. 976/2021, que pretende criar a Política Nacional de Cidades Inteligentes. Ressalta-se nesse processo o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização das Nações Unidas e da União Internacional de Telecomunicações como instituições responsáveis por difundir internacionalmente o conceito de cidades inteligentes, ao passo que no Brasil a iniciativa recebe atenção do governo federal a partir da cooperação técnica promovida pela agência Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, que implementou o projeto “Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS)”. Conclui-se que o paradigma de cidades inteligentes, sua adesão pelo Brasil e o modo como o ideário tem se difundido no país expressa dinâmicas que compreendem a mobilidade de políticas, em sua perspectiva crítica, em que a migração de políticas reproduz relações de poder, aspecto evidenciado pelo papel das agências multilaterais e de cooperação de países centrais, que buscam promover a homogeneização dos espaços em prol das perspectivas hegemônicas de planejamento urbano.

CONHECIMENTO E GERENCIAMENTO DA CIDADE NO URBANISMO MOVIDO A DADOS

O discurso em defesa de modelos urbanos inteligentes aposta no investimento em tecnologias da informação e comunicação para tornar as cidades mais sustentáveis, humanas e justas, aproximando os serviços públicos dos cidadãos. A cidade, cada vez mais tecnologicamente mediada, produz, integra e analisa um grande volume de dados produzidos pelos cidadãos e sobre os cidadãos, transformando a lógica da gestão urbana. O dado é originado e gerido de inúmeras formas. Além de dados gerados por uma infraestrutura urbana mediada por dispositivos tecnológicos, por empresas e plataformas privadas e por processos de crowdsourcing, existem também iniciativas de

governança que apostam fortemente no potencial dos dados para ofertar serviços e orientar o processo de tomada de decisão. Dentro dessa categoria se inserem iniciativas de gestão que, ao contrário da geração automatizada de dados, por exemplo através de sensores, contam com a geração de dados por parte do cidadão. Essas definem projetos urbanos que dependem de dados gerados pela população e métodos de extração e mineração (data-driven) para o gerenciamento e planejamento na cidade. Na cidade do Rio de Janeiro, desde os anos 2010, existem projetos que exploram o uso de dados na gestão da cidade. Trata-se de uma estratégia que tenta contribuir ao projeto de “inteligentificação” (smartização) da cidade por meio de regulação algorítmica e que está orientando políticas como o canal 1746. O canal 1746 é um serviço de solicitação, denúncia e demanda de serviços que permite ao cidadão solicitar diferentes serviços públicos, mas que permite, por outro lado, a partir do fornecimento de informações pela população, que a gestão pública mapeie as condições da cidade em tempo real. Atualmente coordenado pela Subsecretaria de Transparência e Governo Digital vinculada à Secretaria de Governo e Integridade Pública (SEGOVI), o serviço representa uma iniciativa de uso de dados para solucionar problemas como, por exemplo, acúmulo de lixo e falta de iluminação pública. Dito isso, o objetivo do trabalho é apontar e problematizar de que forma os dados produzidos pela cidade inteligente pretendem capturar e representar a cidade, ao mesmo tempo em que são utilizados para geri-la e controlá-la. Pretendemos, assim, dialogar com os estudos que problematizam o uso dos dados na política urbana e a ética da gestão movida a dados. Metodologicamente, o ponto de partida é o reconhecimento das especificidades do urbanismo datafocado. A delimitação do objeto empírico se dá a partir da caracterização do 1746 enquanto sistema orientado ao modelo inteligente. Assim, o resultado da análise aponta para um sistema que obtém informação sobre o conjunto da cidade, mas cujos resultados são utilizados para a gestão de uma limitada parcela do espaço urbano.

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS E A DES-RE-TERRITORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

O tema da exposição aborda a pesquisa de doutoramento sobre as recentes transformações ocorridas no mundo no trabalho em razão da uberização/plataformização com seus impactos nos territórios, as cidades brasileiras, e a reação dos trabalhadores frente a esse processo. Como questionamento central, a pesquisa objetiva entender “como as empresas de tecnologia, tidas plataformas digitais, têm desenvolvido suas estratégias de territorialização a partir do trabalho uberizado/plataformizado no Brasil?” A justificativa para esse estudo baseia-se na necessidade de avanços analíticos por parte do campo de estudos urbanos sobre esse tema, a possibilidade de contribuição para o debate público sobre regulamentação do trabalho de plataformas e a importância de produzir dados, sobretudo primários e de características espaciais, sobre a atividade das plataformas digitais. O objetivo central é compreender as relações territoriais produzidas entre empresas de plataformas digitais (territorialização) e trabalhadores entregadores (des-territorialização) nas cidades brasileiras, com recorte de caso para a empresa Ifood. A metodologia estrutura-se em revisão bibliográfica, a pesquisa exploratória, e a produção de dados qualitativos a partir de entrevistas individuais e participação em grupos de Whatsapp de entregadores e dados quantitativos

sobre as plataformas digitais, produzidos a partir de seus websites. Os principais aportes bases para explicação do fenômeno são os conceitos de uberização, desenvolvido pela socióloga Ludmila Abílio e território, territorialização e des-re-territorialização, à luz das abordagens do geógrafo Rogério Haesbaert.

PERIFERIAS DIGITAIS E URBANISMO SUBALTERNO: TECNOPOLÍTICAS URBANAS E ATIVISMO DIGITAL NO SUL GLOBAL

Esta apresentação é sobre a mobilização do ativismo digital/infraestrutural como um meio de reposicionar a periferia urbana como um centro epistemológico no sul global. A intenção é discutir engajamentos criativos e políticos sobre infraestrutura, dados e tecnologias digitais na cidade como o meio pelo qual o subalterno urbano reivindica o território como “terreno de habitação [e] subsistência” (Roy, 2011: 224). Com isso, debatemos a especificidade do urbanismo digital no sul global, ao mesmo tempo em ensaiamos uma teorização da contribuição das práticas digitais emergentes situadas nas margens urbanas como manifestações de um urbanismo do sul. Nossa argumentação se baseia na teorização de Ananya Roy sobre o urbanismo subalterno, que identificou a periferia não apenas como espaço em construção, mas também como uma forma de fazer teoria urbana. Com base em um processo de coprodução de conhecimento no Rio de Janeiro, trabalhando com um coletivo de jornalismo de dados no Complexo da Maré, examinamos o cruzamento entre o ativismo infraestrutural e o urbanismo digital como uma prática que — chamando a atenção para as lutas e potências dos habitantes das favelas — busca decolonizar o conhecimento sobre a cidade e reconceituar o lugar da periferia no debate público. Tal forma de saber à margem, conferindo agenciamento a populações historicamente negligenciadas, opera como um arranjo sociotécnico de resistência. Apresentamos um idioma que atualiza e captura o potencial e as limitações do urbanismo subalterno informado digital e infraestruturalmente.

APROPRIAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O PLANEJAMENTO INSURGENTE: TRANSGRESSÃO E LUTA NA PEDRA DE XANGÔ - SALVADOR/BA

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm remodelado o planejamento urbano numa perspectiva frequentemente evocada através do termo cidade inteligente, que a partir de uma equivocada ideia de neutralidade tecnológica e modernização constante, constrói uma narrativa poderosa para a renovação de táticas neoliberais. Enquanto é crescente o interesse social, político e acadêmico por modelos urbanos inteligentes, paralelamente surgiram estudos críticos que questionam a real capacidade de tais modelos promoverem sustentabilidade, qualidade de vida e melhores serviços nas cidades. Embora falte uma coesão conceitual em torno do sentido de cidade inteligente, o paradigma de smartização, ao se apresentar como intrinsecamente positivo, sustenta-se no domínio de uma abordagem que interpreta a tecnologia como inegável e indiscutivelmente positiva para a melhoria nos serviços públicos, na qualidade de vida urbana e, em geral, para o desenvolvimento urbano. A principal hipótese é que a interpretação tecnológica contribua para tornar hegemônico esse paradigma de desenvolvimento urbano, mascarando a dimensão conflitual do termo, incluindo efeitos socioespaciais negativos da

tecnologia. Considerando que a aceitação e as forças de determinados modelos urbanos está em parte relacionada com o poder de articulação de um discurso que o apresenta como um modelo ideal e de sucesso, conquistando a imaginação pública, consideramos importante mapear as disputas em torno do mesmo, destacando novas experimentações sociais que propõem estratégias contra-hegemônicas de uso da tecnologia. Nesse sentido, destacamos a existência de agenciamentos sociotécnicos que, a partir da vontade de reverter formas de dominação e propor novas formas de estar na cidade e de garantir o direito à cidade, atribuem um uso social à tecnologia. Dessa forma, pretendemos contribuir com os estudos críticos que focam na análise de novos paradigmas urbanos relacionados a novos paradigmas tecnológicos. Com a difusão do paradigma smart a cidade se torna, cada vez mais, tecnicamente mediada e o planejamento é redesenhado pela transformação espacial impulsionada por modelos urbanos que apostam na tecnologia. Da mesma forma, a tecnologia se insere e transforma a ação social na cidade, redesenhando as reivindicações e a luta pelo direito à cidade. Essas últimas podem ser representadas através do conceito de planejamento insurgente.. Apesar de existir uma ampla bibliografia sobre diferentes práticas de planejamento, ainda existem poucos estudos que analisem o papel da apropriação social da tecnologia para práticas insurgentes. Por isso, com este trabalho buscaremos problematizar como as tecnologias da informação e comunicação vem afetando os processos de transgressão no tempo, espaço e ação em práticas de planejamento insurgente. Para isso, utilizaremos como referência a experiência da Pedra de Xangô, uma formação rochosa fortemente vinculada à prática religiosa afro-brasileira na região do antigo quilombo do Buraco do Tatu, em Salvador, Bahia. O monumento e todo o seu entorno ambiental imediato, passaram a sofrer drásticas ameaças e atentados a partir da construção da Avenida Assis Valente em 2005, quando movimentos de diversos segmentos da sociedade passam a se unir através de uma articulação em rede.